



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Simone Xavier Paiva de Sousa e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/6/1992
Data de instalação	30/04/1993



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Data da última correição	27 de abril de 2021
Período de correição	1º/4/2021 a 30/4/2022

Aos 07 dias do mês de junho de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 23/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor, acompanhado do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Lindinaldo Silva Marinho, da Secretária da Corregedoria, Talita Simões Leão, e da Chefe do Núcleo de Apoio Jurídico, Simone Farias Perrusi, foram recebidos, na sede da Vara, pelo Juiz titular, Carlos Hindenburg de Figueiredo, pelo Juiz substituto fixo, Francisco de Assis Barbosa Júnior, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe, referentes ao período de **1º/4/2021 a 30/4/2022** (13 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Carlos Hindenburg de Figueiredo	1º/02/2021 - Ato TRT SGP nº 045/2021

1.2 Magistrado substituto fixo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Francisco de Assis Barbosa Junior	12/5/2021 - Ato TRT SCR nº 13/2021

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Ana Christina Carneiro Cavalcanti	Técnico Judiciário – Calculista	31/1/2021
Anderson Magnago Pedruzzi	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/8/2018
Andre Luis Cavalcanti Moreira	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/3/2021
Conceicao de Maria Pereira	Técnico Judiciário – Assistente III	6/6/2002
Cristiane de Macedo Fernandes	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	19/3/2003
Fernando Melo Bezerra	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/8/2014
Guttenberg Falconi de Carvalho Junior	Técnico Judiciário	27/12/2021
Luciana Cristina B. de Souza Lobo	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	18/12/2008
Luciana Rodrigues Amorim	Secretario de Audiencia	16/2/2021
Marcondes Antonio Marques	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	3/2/2021
Melquisedeque Alves de Lima	Técnico Judiciário – Assistente III	12/12/1990
Roseane Cavalcante da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	30/11/2016
Vania de Freitas Costa	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	27/9/2012

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe e, em algumas atividades a exemplo de elaboração de cálculos e assistência aos juízes, há servidores especializados, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 30/4/2022, um acervo processual de **1.284** processos:



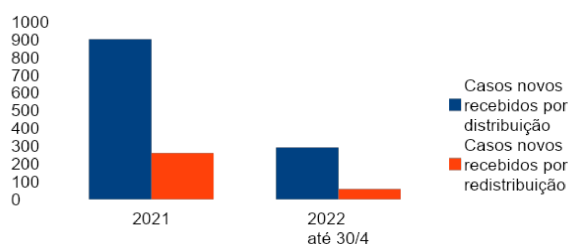
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	706
Fase de Liquidação	11
Fase de execução	563
Cartas precatórias e de ordem	4
TOTAL	1.284

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 30/4
Casos novos recebidos por distribuição	899	292
Casos novos recebidos por redistribuição	259	57
TOTAL	1.158	349



No período correicionado, há registro de 5 processos recebidos com sentença anulada pela instância superior, abaixo relacionados; 2 processos com sentença reformada pela instância superior (0130916-91.2015.5.13.0008 e 0000081-05.2021.5.13.0008) e 2 processos com sentença anulada pelo próprio juízo (0000469-05.2021.5.13.0008 e 0000753-13.2021.5.13.0008).

0000357-70.2020.5.13.0008

0000156-44.2021.5.13.0008

0000453-54.2021.5.13.0008

0000111-40.2021.5.13.0008



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

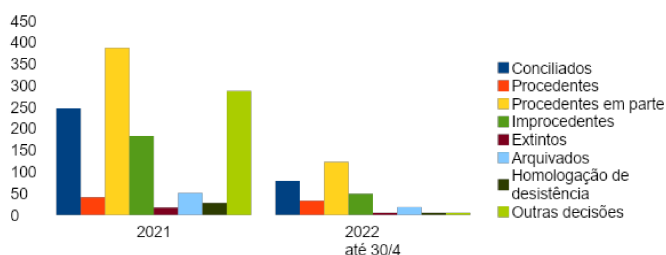
0000462-13.2021.5.13.0008

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (abril/2021 a abril/2022):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 30/4
Conciliados	247	79
Procedentes	41	33
Procedentes em parte	387	123
Improcedentes	183	49
Extintos	17	5
Arquivados	51	18
Homologação de desistência	28	5
Outras decisões	287	5
TOTAL	1.241	317



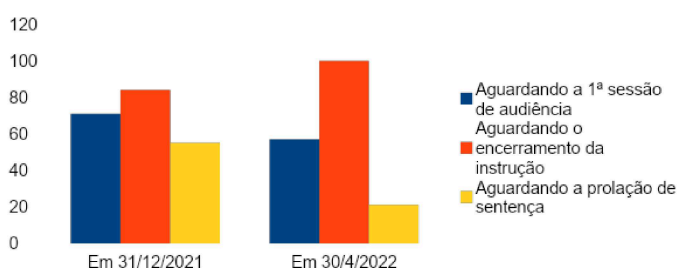


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 30/4/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	71	57
Aguardando o encerramento da instrução	84	100
Aguardando a prolação de sentença	55	21
TOTAL	210	178



2.4 Pendentes de finalização (Fonte: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 30/04	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	801	706	-11,86%
Fase de liquidação	10	11	10%
Fase de execução	569	563	-1,05%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	109	201	123	95	185
Conciliação em conhecimento	9	16	4	4	12
Conciliação em Execução	23	39	24	19	15
Una	53	56	42	29	61
Instrução	173	78	128	115	71

Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira, e, eventualmente, às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande e unidade correicionada (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
04/21	115	137	218	125	127	87	53	120,83
05/21	100	127	194	130	127	100	111	127
06/21	127	145	187	107	104	123	130	129,67
07/21	82	150	128	187	131	72	93	115,5
08/21	117	153	202	170	112	143	251	165,83
09/21	143	267	191	144	156	172	168	162,33
10/21	123	122	110	97	82	147	147	117,67
11/21	75	129	141	120	91	161	74	110,33
12/21	84	72	81	97	58	88	67	79,17
01/22	24	65	38	31	37	29	24	30,5
02/22	56	111	92	121	74	131	249	120,5
03/22	123	129	108	133	113	160	169	134,33
04/22	128	123	119	123	121	119	161	128,5
TOTAL	1.297	1.730	1.809	1.585	1.333	1.532	1.697	1542,17



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 31/04
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	44	32
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	58	49
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	102	78
Da conclusão à prolação da sentença	10	19
Do ajuizamento até a prolação da sentença	101	91

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 30/4
Embargos de declaração	Recebidos	178	66
	Baixados	183	66
	Pendentes	3	4
Tutela Provisórias	Recebidos	58	21
	Apreciadas	48	25
	Pendentes	2	1
Liquidação/ Execução	Recebidos	44	23
	Baixados	35	13
	Pendentes	3	9

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/4/2021 a 30/4/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	691	639	23
Recurso adesivo	32	32	-
Agravo de petição	81	70	4
Total	804	741	27

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **89** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **147** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **107** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/04**, é de **86** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **123** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **100** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **101** dias, para o ano base de **2021**, e de **91** dias, relativo a este ano de **2022**, até 30 de abril.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **1.552** dias, e de **1.126** dias, referente ao exercício atual até o dia 30 de abril.

Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano de **2021**, foi o **maior** prazo da jurisdição e **nesse exercício**, especificamente de janeiro a abril, obteve o **4º maior** prazo.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 30/4
Execuções pendentes no início do período	750	519
Execuções iniciadas	318	133
Desarquivados	407	87
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	556	171
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	134	34
Execuções pendentes ao final do período	519	478



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (abril/21 a abril/22):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Acordo	PJe	R\$ 6.337.263,90	R\$ 1.302.783,10
Espontâneo	PJe	R\$ 2.510.909,16	R\$ 461.234,44
Execução	PJe	R\$ 3.184.679,74	R\$ 1.170.169,51
TOTAL		R\$ 12.032.852,80	R\$ 2.934.187,05

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 243.090,76	R\$ 85.634,11
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.446.337,14	R\$ 400.158,82
Imposto de renda	PJe	R\$ 207.458,63	R\$ 3.291,17
TOTAL		R\$ 1.896.886,53	R\$ 489.084,10

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º/4/2021 a 30/4/2022		
Item		Quantidade
SISBAJUD		387
INFOJUD		147
SIMBA		1
RENAJUD		195
BNDT	Pendentes	99
	Incluídos	96

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente		
IPJ – Índice de Processos Julgados		
Unidades de primeiro grau do TRT		110,80%
Unidade Correicionada		113,71%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente		
Unidades de primeiro grau do TRT		101,79%
Unidade Correicionada		104,03%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **292** casos novos (por distribuição) e **310** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **104,03%**.

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus		
IPA – Índice de julgamento de processos antigos		
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2	
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019	
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2	
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2019	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º grau

IPA – Índice de julgamento de processos antigos

Unidades de primeiro grau do TRT	104,19% da Meta 2
	96,9% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: **38,50% em 2021**

Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	79,86% da Meta 3
	30,75% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: **40% em 2022**

Unidades de primeiro grau do TRT	81,21% da Meta 3
	78,61% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	78,72% da Meta 3
	74,42% de índice de conciliação

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	169,65%

Meta 5/2022 – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020

Unidades de primeiro grau do TRT	70,74%
Unidade Correicionada	81,24%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2022-01	34	26	303	218	89,91	89,34	89,67	
2022-02	113	32	260	207	63,88	78,11	69,49	
2022-03	95	48	248	244	50,61	69,71	58,57	
2022-04	77	44	237	250	42,63	62,50	50,94	

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e manutenção em 2022, enquanto que na fase de execução houve aumento entre os anos de 2020 e 2021, e redução, nos primeiros meses de 2022, proporcionalmente.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 30/04
Fase de conhecimento	677	954	319
Fase de execução	581	611	151

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	795
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	733
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	698
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	690
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	677
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	627
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	604



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.037
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	954
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	952
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	917
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	874
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	826
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	727

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 30/04)

Vara do Trabalho

7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	346
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	332
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	319
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	317
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	301
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	297
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	278

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	594
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	591
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	581
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	568
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	474
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	460
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	420

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	611
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	552
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	538
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	534
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	470
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	270
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	238

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 30/04)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	264
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	178
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	167
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	165
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	151
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	105
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	28

Deverá a unidade judiciária manter a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande encontra-se na **146ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celerida de peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	18º	18º	252º	2º	13º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celerida de peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
13ª Região - PB - 2ª Vara de Campina Grande	57º	23º	174º	278º	23º	87º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conheci- mento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	82,47	30,83	1.509,13
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
13ª Região - PB - 2ª Vara de Campina Grande	57º	101,74	48,76	1.595,87

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
13ª Região - PB - 2ª Vara de Campina Grande	57º	1.038	568	13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 31/05/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	182º	133º	280º	554º	191º	351º
setembro 2021	159º	89º	319º	546º	148º	294º
dezembro 2021	201º	367º	521º	712º	56º	212º
março 2022	146º	63º	463º	863º	57º	245º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de Campina Grande encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

Vara/CGE	Colocação no IGEST
2ª	146ª
6ª	189ª
3ª	217ª
1ª	274ª
5ª	301ª
4ª	386ª
7ª	409ª



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande, no que se refere aos prazos de janeiro a abril de 2022:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
2ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
90,9 dias	197,2 dias

Início ao encerramento da liquidação	
2ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
22,2 dias	232,6 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
2ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.137 dias	1.158 dias
Início à extinção da execução - ente público	
2ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
531 dias	876,8 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
2ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
769,9 dias	1.048 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a abril/2022, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

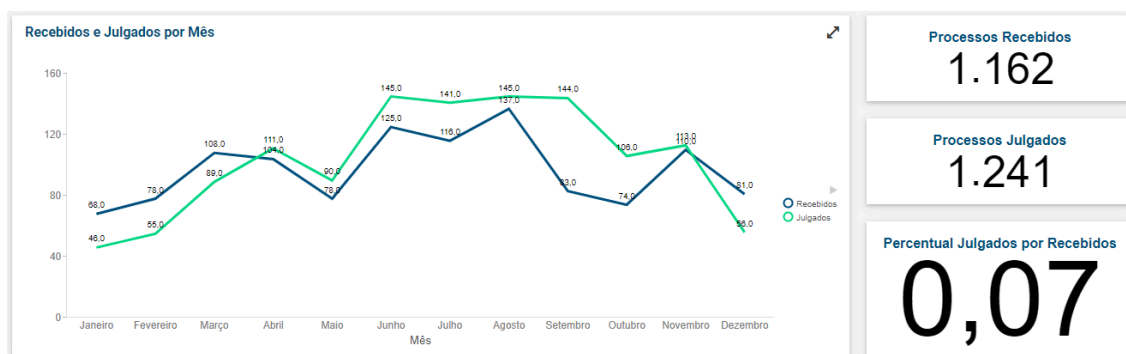
Percentual de processos julgados por recebidos
--



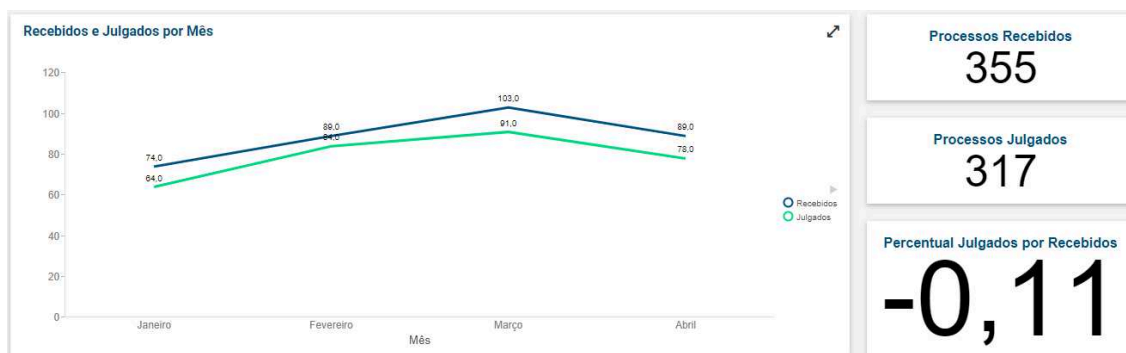
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-10,7%	-5,2%

A seguir o gráfico da relação entre processos recebidos e julgados durante todo o ano de 2021:



Já o percentual de janeiro a abril de 2022 pode ser observado no gráfico abaixo:



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Carlos Hindenburg de Figueiredo			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	13/5/2021 a 1º/6/2021	20
Férias	SAOAdm	27/11/2021 a 16/12/2021	20
Férias	SAOAdm	29/1/2022 a 17/2/2022	20



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz Substituto

Francisco de Assis Barbosa Júnior			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	14/4/2021 a 3/5/2021	20
Férias	SAOAdm	3/3/2022 a 22/3/2022	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/4/2021 a 30/4/2022) (Fonte:Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encerramento Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Marcelo Rodrigo Carniato	27	28	3	47	-	1	106
Francisco de Assis Barbosa Junior	104	292	3	354	24	55	832
Carlos Hindenburg de Figueiredo	110	261	-	327	22	48	768
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	-	1	-	-	1
Mariana Petit Horácio de Brito	-	1	-	-	-	-	1

13.4 Incidentes julgados (1º/4/2021 a 30/4/2022) (Fonte:Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Mariana Petit Horácio de Brito	1	-	-	1
Marcelo Rodrigo Carniato	7	2	5	14
Carlos Hindenburg de Figueiredo	102	26	15	143
Francisco de Assis Barbosa Junior	113	35	20	168
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	1	-	-	1

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte:Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Carlos Hindenburg de Figueiredo	140	20	228	92	3	21	6	168	678
Francisco de Assis Barbosa Junior	128	45	205	102	-	42	6	90	618
Marcelo Rodrigo Carniato	14	1	22	11	-	5	3	13	69
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	-	-	1	-	-	-	-	-	1

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hóru)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	832
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	410
Homologação da Transação Extrajudicial	68
Consignação em Pagamento	16
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	14
Ação de Cumprimento	11
Embargos de Terceiro Cível	10
Ação Civil Pública Cível	2
Ação Civil Coletiva	2
Monitória	1
Tutela Antecipada Antecedente	1
Inquérito para Apuração de Falta Grave	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
-------------	--------------------	---



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mariana Petit Horácio de Brito	0	0
Marcelo Rodrigo Carniato	21	91,3%
Carlos Hindenburg de Figueiredo	244	98,39%
Francisco de Assis Barbosa Junior	229	91,6%
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	1	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Carlos Hindenburg de Figueiredo	678
Francisco de Assis Barbosa Junior	618
Marcelo Rodrigo Carniato	69
Mariana Petit Horácio de Brito	2
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	0

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 14 dias

Magistrados	Dias
Carlos Hindenburg de Figueiredo	17
Francisco de Assis Barbosa Junior	11
Marcelo Rodrigo Carniato	4
Mariana Petit Horácio de Brito	24
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	83

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 20/01/2022. O juiz titular destacou que as orientações postas são tratadas diuturnamente e que a busca pela melhoria dos indicadores de desempenho constitui prática incessante da unidade judiciária. bem como que diretor e servidores foram orientados para adoção das providências necessárias à otimização dos serviços, especialmente os registros do BNDT e o acompanhamento no Sisbajud.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrada, entre abril de 2021 e abril de 2022 - 13 meses, os seguintes pagamentos:

Devolução de valor ao ente público	R\$ 3.173,98
Transferência para processo de outro órgão	R\$ 28.879,39
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 11.310,72
TOTAL	R\$ 43.364,09

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR Nº 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0130675-20.2015.5.13.0008, 0131551-72.2015.5.13.0008, 0001448-40.2016.5.13.0008.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), os juízes titular e substituto fixo não participaram de cursos voltados à conciliação e mediação, havendo frequentado capacitações oferecidas pela Ejud 13, conforme abaixo destacados.

Magistrados	Descrição
CARLOS HINDEMBURG DE FIGUEIREDO	INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTAS I DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA – P. 10233, 10234 e 10235/2021 LIVE - WEBINÁRIO "ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF – P. 21808/2021 – TRT 22 – 4 h/a – dia 19
FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA JÚNIOR	ÉTICA JUDICIAL NA ERA DIGITAL PARA MAGISTRADOS – PROAD 25193/2021 – 17/11 – 2 h/a

Destaca-se, também, que os magistrados não participaram de atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
ANDERSON MAGNAGO PEDRUZZI	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 1 / ILB INTERPESSOAIS NO TRABALHO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO INTRODUÇÃO AO DIREITO DO CONSUMIDOR - TURMA 1 (PARCERIA ILB/ANATEL) / ILB
ANDRE LUIS CAVALCANTI MOREIRA	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PROVAS DIGITAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT
CONCEICAO DE MARIA PEREIRA	TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
CRISTIANE DE MACEDO FERNANDES	ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO - TURMA 2 / ILB ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO (TURMA AGO/2021 / ENAP EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO - TURMA 2 / ILB TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
FERNANDO MELO BEZERRA	TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
GUTTENBERG FALCONI DE CARVALHO JUNIOR	TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
LUCIANA CRISTINA BANDEIRA DE SOUZA LOBO	TRT - BURNOUT: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO DA 13ª REGIÃO - TRABALHO DECENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - SAÚDE MENTAL E TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PROVA E ÔNUS DA PROVA - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ACESSIBILIDADE, DE QUAL ACESSIBILIDADE FALAMOS ? - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - IMPACTOS DA VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA NO CONTRATO DE TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
MARCONDES ANTONIO MARQUES	TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO LIVE Nº 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC Nº 58? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO TRT - INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTAS DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DE DESAFIOS INSTITUCIONAIS - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INOVAÇÃO JUDICIAL - MINICURSO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, SINDICÂNCIA E INQUÉRITO LEI 8.112/90 / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO TRT - NOVAS PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - MODALIDADES DE CONTRATOS DE TRABALHO E NOVAS FORMAS CONTRATUAIS - ASPECTOS TEÓRICOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	PRÁTICOS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - REMUNERAÇÃO E SALÁRIO - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL
MELQUISEDEQUE ALVES DE LIMA	TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
ROSEANE CAVALCANTE DA SILVA	TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
VANIA DE FREITAS COSTA	TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MÓDULO II - VAMOS CUIDAR DA SAÚDE MENTAL? / SEGEPE TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MINDFULNESS EATING (ALIMENTAÇÃO CONSCIENTE) / SEGEPE - TRT 13ª REGIÃO LIVE Nº 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC Nº 58? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2021.2 - MÓDULO III - ALIMENTAÇÃO, LONGEVIDADE E QUALIDADE DE VIDA /



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	SEGEPE DO TRT 13ª REGIÃO TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MÓDULO IV - NUTRIÇÃO DA MENTE / SEGEPE TRT - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ACESSIBILIDADE, DE QUAL ACESSIBILIDADE FALAMOS ? - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO
--	--

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
ANA CHRISTINA CARNEIRO CAVALCANTI
LUCIANA RODRIGUES AMORIM

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 14 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas ocorrências na Ouvidoria nos últimos seis meses, devidamente respondidas.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos magistrados

1. Recomendações gerais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório.



2. Recomendações específicas

- a) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- b) utilizar a prática de “despacho com força de ofício”, fazendo constar prazo para resposta e possibilidade de sanção na hipótese de descumprimento do prazo, a fim de evitar atrasos na marcha processual, a exemplo do ocorrido no processo 0131721-44.2015.5.13.0008;
- c) aos magistrados Carlos Hindenburg de Figueiredo e Francisco de Assis Barbosa Júnior, participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, e observar o disposto no art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011, que trata da participação em atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre.

Ao Diretor de Secretaria

- a) permanecer monitorando os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da ata de correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) consultar os relatórios fornecidos e incentivar a equipe no cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- d) reforçar com a equipe a necessidade de registro dos pagamentos efetuados, fato não ocorrido em processos correicionados, a exemplo de 0130287-20.2015.5.13.0008, 0000870-77.2016.5.13.0008;
- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;



- f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- g) participar e incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;
- b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- c) registrar com regularidade os pagamentos efetuados, fato não ocorrido em processos correicionados, a exemplo de 0130287-20.2015.5.13.0008, 0000870-77.2016.5.13.0008;
- d) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- e) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (113,71%), 2 (107,53%) e 5 de 2021 (169,65%), pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado.

Tratando-se do Igest, a 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande tem se mantido no primeiro quartil no último ano, entre a posição 144ª (março de 2021) e 146ª (março de 2022), demonstrando-se os esforços para aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, recomendando-se o constante monitoramento.

Da análise dos mesoindicadores, observa-se que o item que mais influencia negativamente é a “Produtividade” - na posição 863ª na última medição, com tendência de queda - 554ª em junho, 546ª em setembro e 712ª em dezembro de 2021. É de conhecimento da Corregedoria Regional o baixo volume de acordos celebrados na jurisdição, o que, de certo, contribui para o baixo rendimento.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000616-31.2021.5.13.0008	0000673-83.2020.5.13.0008	0000840-37.2019.5.13.0008
0000230-80.2021.5.13.0014	0000407-96.2020.5.13.0008	0131721-44.2015.5.13.0008
0000539-90.2019.5.13.0008	0000199-83.2018.5.13.0008	0001054-28.2019.5.13.0008
0000491-97.2020.5.13.0008	0124800-40.2013.5.13.0008	0000481-58.2017.5.13.0008
0001644-10.2016.5.13.0008	0000093-82.2022.5.13.0008	0000283-45.2022.5.13.0008
0000627-94.2020.5.13.0008		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0055900-78.2008.5.13.0008	0001638-66.2017.5.13.0008	0001915-19.2016.5.13.0008
0000335-75.2021.5.13.0008	0000638-94.2018.5.13.0008	0130112-60.2014.5.13.0008
0000116-62.2021.5.13.0008	0030700-45.2003.5.13.0008	0001710-53.2017.5.13.0008
0000870-77.2016.5.13.0008	0000456-74.2019.5.13.0008	0033300-05.2004.5.13.0008
0130287-20.2015.5.13.0008	0000209-30.2018.5.13.0008	